



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 10, pp. 59723-59727, October, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.25606.10.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CARACTERÍSTICAS NEUROPSICOLÓGICAS DE AGRESSORES DE CRIANÇAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

^{*1}Ana Paula Jesus da SILVA, ²Breno Rogério Ferreira RAMOS, ²Henrique Vaz da ROSA, ²Fernanda Ellen dos SANTOS, ²Jonatas Onofre Mariano LUIZ, ²Kauhan de Abreu MACHADO, ²Jéssica Silva de JESUS and ³Antonio de Pádua SERAFIM

¹Doutora em Psicologia da Saúde. Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Doutorado em Psicologia da Saúde. Rua Alfeu Tavares, 149, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil; ²Acadêmico (a) de Psicologia. Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE – Curitiba - Paraná – Brasil; ³Doutor em Ciências. Universidade de São Paulo/Universidade Metodista de São Paulo. Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina/Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde. São Paulo – São Paulo – Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 08th September, 2022
Received in revised form
19th September, 2022
Accepted 17th October, 2022
Published online 30th October, 2022

KeyWords:

Agressor de crianças; Agressor sexual;
Perfil do agressor; Violência;
Violência sexual.

*Corresponding author:

Ana Paula Jesus da SILVA

ABSTRACT

Este estudo teve como objetivo verificar características neuropsicológicas de agressores domésticos por meio de uma revisão sistemática de literatura. Foi considerado o período entre 2016 a 2021 nas bases Pubmed e Scielo. Dos 31 artigos que abordavam a violência doméstica identificados, apenas cinco abordavam o perfil do agressor. Os resultados indicam que meninas foram as maiores vítimas, tendo como agressores pais e padrastos com mais de 30 anos e a negação ou minimização do abuso pelos perpetradores. Já no contexto extrafamiliar, prevaleceram acusados mais jovens, preferência por adolescentes e justificativa de que a relação foi consentida. Por fim, destaca-se a necessidade do entendimento desse fenômeno focando os autores da violência, uma vez que eles tenderão a manter o mesmo repertório comportamental, caso não haja uma intervenção efetiva.

Copyright©2022, Ana Paula Jesus da SILVA et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Ana Paula Jesus da SILVA, Breno Rogério Ferreira RAMOS, Henrique Vaz da ROSA, Fernanda Ellen dos SANTOS, Jonatas Onofre Mariano LUIZ, Kauhan de Abreu MACHADO, Jéssica Silva de JESUS and Antonio de Pádua SERAFIM. 2022. "Características neuropsicológicas de agressores de crianças: Uma revisão sistemática", *International Journal of Development Research*, 12, (10), 59723-59727.

INTRODUCTION

Agressores domésticos são agentes de violência no lar e, assim, suas vítimas podem ser filhos e enteados, além das companheiras. Dentre os tipos de violência contra a criança estão o abuso psicológico, físico, sexual e a negligência, com ênfase aqui para o abuso sexual. De acordo com Penso e cols. (2016) o circuito de abuso/vitimização compreende que as vítimas de abuso sexual apresentam probabilidades de se tornarem ofensores sexuais posteriormente, ainda que tal circuito não seja uma regra, entende-se que o tratamento oferecido a esses sujeitos reduz as possibilidades de reincidência do ato abusivo. Com relação aos dados sobre a prevalência do abuso sexual infantil, Padilha (2007) aponta que várias questões fundamentais sobre o fenômeno permanecem não resolvidas e controversas, incluindo a sua definição.

A decisão sobre o que é e o que não é abuso sexual pode depender do contexto no qual a definição será usada. Como resultado, o uso de definições amplas de abuso sexual infantil se tornou comum, o que leva a taxas de prevalência aumentadas e a estimativas distorcidas sobre as consequências do abuso, influenciando avaliações sobre a eficácia das intervenções. Um estudo de Maia et. al. (2009) com abusadores sexuais permitiu verificar por meio de testes neuropsicológicos padronizados uma insuficiência de inibidores morais, carência de flexibilidade cognitiva, coordenação visuoespacial e visuomotora inadequadas, inibição de respostas imediatas (controle atencional), dificuldade para resolução de problemas, regulação verbal e do comportamento, reorientação do comportamento de acordo com as consequências, adequação do comportamento às normas sociais, prospecção e planificação do comportamento. Tais considerações permitem avaliar a perpetração

da violência de forma multifatorial. No entanto, é de extrema relevância o papel da história de vida do agressor, que se perpetua por meio de modelos que lhe foram passados quando criança, em consonância com alterações neuropsicológicas, resultado dessa história de vida de violência. Em 2002, a Organização Mundial da Saúde divulgou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, o qual define violência como “o uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar machucados, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002). A literatura destaca como fatores de risco mais fortemente e consistentemente relacionados a violência: histórico de comportamento agressivo na infância, abuso de substâncias, evasão escolar e o pertencimento a gangues, condenações na menoridade e a má conduta na instituição prisional, comportamento antissocial violento e psicopatia (Lattimore *et al.*, 1995; Harris & Rice, 1997; Cale *et al.*, 2010; Trulson *et al.*, 2011; Serafim *et al.*, 2014; Silva *et al.*, 2016). Serafim *et al.* (2017) destacam que não difere de outros contextos a violência na infância e na juventude, uma vez que são descritas consequências prejudiciais para o desenvolvimento da vítima, tanto emocionais, quanto cognitivas. No entanto, a leitura de tal processo é multifatorial, considerando a etapa do desenvolvimento e a repercussão dessa violência tanto no cenário dos danos psicológicos à vítima como na reprodução de condutas conflituosas com a lei. Segundo os autores, o fenômeno que provoca o impacto social é o comportamento desadaptado ou disfuncional, e que o comportamento é uma resposta. Logo, ele desempenha papel fundamental na avaliação neuropsicológica ao levar em conta a personalidade, além dos aspectos cognitivos do agressor.

A reprodução da violência pode ser compreendida pelo estudo desenvolvido por Patterson *et al.*, (1992) e seu Modelo de Estágios Sócio interacionista, um dos mais aceitos e divulgados na comunidade científica norte americana. O modelo busca descrever o desenvolvimento do comportamento antissocial em quatro estágios, estando na base o ambiente familiar, passando pelo fracasso escolar, associação com pares desviantes, chegando ao encarceramento. Segundo Patterson (1992) o primeiro estágio refere-se aos elementos base sobre os quais se fundamenta o desenvolvimento do comportamento antissocial. Este estágio é composto por características da família (uso de substâncias, pouca ou nenhuma presença dos avós, pais ou avós antissociais), estressores sociais (pobreza, desemprego, vizinhança violenta) e pelo temperamento abrasivo da criança (hiperatividade, oposição, insônia) em sua relação com as práticas parentais ineficazes (gritos, surras, superproteção) relacionadas à baixa autoestima infantil e os primeiros sinais do comportamento antissocial. O segundo estágio é marcado por acontecimentos relacionados à escola, onde pode haver rejeição pelos pares (pois a criança tem poucas habilidades sociais e baixo rendimento escolar), humor deprimido (desânimo, pois dificilmente algum comportamento dela é positivamente reforçado), fracasso escolar e rejeição dos professores e pais. É próprio dos grupos sociais a rejeição do fracassado, logo, a criança rejeitada busca grupos semelhantes que a aceitem. Formam-se então os grupos de pares desviantes. O terceiro estágio é quando a criança aprimora suas habilidades antissociais junto com seus pares, experimenta drogas e estabelece um padrão delinquente de comportamento. Neste estágio costuma acontecer o rompimento com a família. No quarto estágio observam-se adultos jovens que não possuem habilidades sociais mínimas e não conseguem manter empregos ou relacionamentos afetivos estáveis. Neste estágio se dá a experiência do encarceramento, que é usualmente uma possibilidade de refinamento do comportamento criminoso, pois nas prisões acabam por serem constituídas verdadeiras escolas do crime. O modelo prevê que esse ciclo se retroalimenta e perpetua.

Gomide (2006) afirma que as práticas educativas, definidas como estratégias específicas utilizadas pelos pais em diferentes contextos para orientar o comportamento dos filhos, podem fomentar comportamentos pró-sociais quanto antissociais. O modelo proposto por Gomide (2006) é composto por sete variáveis (práticas

educativas), cinco delas vinculadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial: negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa, e duas que promovem comportamentos pró-sociais: monitoria positiva e comportamento moral. Ainda de acordo com Gomide (2006) as chamadas práticas educativas positivas são a monitoria positiva, que envolve o uso adequado de atenção e distribuição de privilégios, o adequado estabelecimento de regras, a distribuição contínua e segura do afeto, o acompanhamento e a supervisão das atividades escolares e de lazer; e o comportamento moral, que implica em promover condições favoráveis ao desenvolvimento das virtudes, tais como, empatia, senso de justiça, responsabilidade, trabalho, generosidade e do conhecimento do certo e do errado quanto ao uso de drogas, álcool e sexo seguro, sempre seguido de exemplo dos pais. As práticas educativas negativas envolvem negligência, ausência de atenção e afeto; o abuso físico, sexual e psicológico, caracterizado pela disciplina através de práticas corporais negativas, ameaça e chantagem de abandono e de humilhação do filho; a disciplina relaxada, que compreende o relaxamento das regras estabelecidas; a punição inconsistente, em que os pais se orientam por seu humor na hora de punir ou reforçar e não pelo ato praticado; e a monitoria negativa, caracterizada pelo excesso de instruções independente de seu cumprimento e, consequentemente, pela geração de um ambiente de convivência hostil Gomide (2006).

Modelos teóricos sobre práticas parentais demonstram que a monitoria inadequada se inicia quando o comportamento disruptivo aparece na infância e, se os pais não forem orientados, este déficit em supervisão conduzirá o adolescente à associação a pares desviantes, resultando em provável desenvolvimento de comportamento antissocial” (Patterson & cols. 1992). Um dos trabalhos mais difundidos a respeito da etiologia e início do comportamento antissocial foi desenvolvido por Moffitt (1993) e parte do pressuposto de que as causas do comportamento antissocial não são universais. O primeiro tipo, designado por delinquentes persistentes ao longo da vida, representa menos de 10% dos indivíduos, que iniciam a prática de comportamentos antissociais em idade precoce, mantêm o seu envolvimento nesses comportamentos ao longo de quase toda a sua vida, apresentam uma atividade delituosa versátil, generalizada e muito frequente, sendo responsável pela maioria da criminalidade, particularmente a violenta. Os problemas evidenciados por estes jovens teriam origem em deficiências do seu funcionamento neuropsicológico, que conduzem a um temperamento difícil (irritabilidade e instabilidade emocional), a problemas comportamentais (impulsividade e hiperatividade) e/ou a déficits cognitivos (desatenção, dificuldades de expressão e de aprendizagem). A gênese de tais problemas pode reportar-se ao desenvolvimento pré-natal, devido à hereditariedade, a consumos de substâncias e a uma pobre nutrição da progenitora, ou durante o parto, por complicações médicas, e/ou ainda na primeira infância, quando a criança é sujeita a privações nutricionais, de estimulação ou de afetos, associados a contextos educativos adversos o que, em interação com as dificuldades neuropsicológicas desencadeadas, colocam a criança em risco de desenvolver um padrão persistente de perpetração de atos antissociais (Moffitt, 1993). O segundo tipo identificado pelo autor limita-se aos comportamentos antissociais típicos da adolescência, com diminuição no início da idade adulta.

Comportamentos antissociais persistentes podem compor as relações conjugais desses adolescentes, a longo prazo. Considerando possíveis alterações cognitivas e características específicas da personalidade de agressores de mulheres e crianças, o estudo de Maia *et al.* (2009) com pedófilos sinalizou que a avaliação neuropsicológica pode trazer evidências clínicas significativas que levam a considerar a hipótese de que estes sujeitos apresentam uma alteração cerebral, mais especificamente nos lobos frontal e temporal (Deutscher, 2004). Os dados dos estudos referidos acima têm sido consistentes com um modelo neuropsicológico de violência que implica uma disfunção pré-frontal. As atividades pré-frontais estão associadas a funções como: programação motora, inibição de respostas imediatas, resolução de problemas, regulação do comportamento e adequação deste às normas sociais (Perea & Ardila, 2005), aspectos relevantes

no comportamento de pedófilos. Tais considerações já se evidenciavam quando lesões no lobo frontal foram associadas ao desenvolvimento de comportamento antissocial, como ilustra o caso Phineas Gage, século XIX. A partir de Phineas Gage, relatos de caso e estudos retrospectivos de veteranos de guerra têm mostrado a associação entre lesões pré-frontais – mais especificamente lesões nas porções ventromediais do córtex frontal – e a observação clínica de comportamento impulsivo, agressividade e inadequação social (Gauer, 2017). O autor ainda ressalta que se faz necessário pensar que tanto os problemas neurobiológicos quanto psicológicos estão relacionados a manifestações antissociais e refere estudos em que crianças que tinham observado abuso doméstico apresentavam sinais de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, tais como alterações no padrão de sono, ansiedade excessiva, indiferença emocional e agressividade. Ao considerar que os principais componentes da personalidade são formados nos primeiros anos de vida, e que as experiências infantis desfavoráveis, mesmo que de pequena intensidade, contribuem para problemas na vida adulta, vale considerar a importância de vivências como o espancamento, o abuso sexual e as mais diferentes formas de negligência por parte daqueles de quem a criança depende. Assim, crianças que foram abusadas e negligenciadas apresentam um risco aumentado de apresentarem comportamento antissocial na vida adulta. Tais dados evidenciam como as vivências infantis negativas podem ser prejudiciais tanto a nível neurofisiológico como para o funcionamento cerebral, sem considerar ainda a relevância para a formação da personalidade destes indivíduos. Daí estudos que indicam que um número razoável de crianças agredidas se tornou adultos agressores (Gauer, 2017)

De acordo com uma perspectiva neuropsicológica, existem no agressor dificuldades básicas no processamento de informação que estão intimamente relacionadas com a anatomia e a fisiologia cerebrais (Séguin *et al.*, 2007). Fala-se em agressor, mas em situações de relações conjugais conflituosas ou de violência doméstica, são frequentemente ignoradas as vítimas mais vulneráveis ao impacto destas ações, os filhos, neste contexto como expectadores. A exposição à violência gera agressividade, delinquência, capacidade de empatia debilitada, dificuldades de aprendizagem e sociabilização, isolamento, tensão cumulativa, ansiedade e o próprio medo (Edleson, 1999; Margolin & Gordis, 2004). Como consequências a longo prazo, sugere-se o desenvolvimento de perturbações da personalidade, psicológicas, dificuldades emocionais e de ajustamento social, assim como a associação com relações abusivas e comportamentos agressivos na idade adulta (Coutinho & Sani, 2008; Jaffe, *et al.*, 2012). Presenciar o sofrimento de uma figura de afeto importante para a criança pode gerar sentimentos de ansiedade e frustração face a impotência para a ação. Como resultado de uma vinculação comprometida e frágil há o aumento dos sentimentos de vulnerabilidade, abandono e ausência de empatia para com o outro (Davies & Cummings, 1994; Godbout, *et al.*, 2009). Proveniente dos estudos sobre a violência entre gerações, faz-se presente a transgeracionalidade em resposta à transmissão dos comportamentos violentos de progenitores para os filhos, tendo como principal base explicativa a aprendizagem social aliada a componentes genéticos (Oliveira & Sani, 2009). Reckdenwald *et al.* (2013), basearam-se no modelo do ciclo da violência, isto é, os indivíduos aprendem a vitimizar o outro por também eles terem sido vitimizados, reproduzindo o comportamento aprendido pela sua experiência como vítima. Bender (2009) procurou explicar porquê os jovens que sofreram maus-tratos na infância, mais tarde, tornam-se agressores e a Teoria da Aprendizagem Social parece estar na base dessa relação, uma vez que a exposição a modelos desviantes promove o início do comportamento delinquente, enquanto o reforço social promove a sua manutenção.

MÉTODO

Para esta revisão da literatura foi considerado o período entre 2016 e 2021 para a busca de artigos em português e inglês nas bases Pubmed e Scielo com os seguintes descritores: *violence, crime against women, crime against children, violence AND women, violence AND child,*

sexual AND assault, physical AND aggression, profile of the sexual offender, violence AND homicide, sexual abuse, intimate partner violence. Na primeira análise foram identificados 31 artigos consideráveis, após a leitura do abstract foram excluídos 9 que focavam na vítima, totalizando 22 artigos, sendo 5 utilizados para a revisão de acordo com a tabela 1.

RESULTADOS

Não é incomum agressores domésticos serem perpetradores de violência contra a mulher e seus filhos e/ou enteados concomitantemente. A sobreposição de violência contra parceiro íntimo (IPV) e violência contra criança (VAC) foi apresentada num estudo com 535 díades adolescente-cuidador (Carlson *et al.*, 2020). Quase 75% das díades relataram a presença de um ou ambos os tipos de violência. Assim como os demais estudos citados, os resultados também apontaram uso mais frequente de álcool pelo cuidador, além de relatarem menos apego emocional ao seu parceiro íntimo e mais atitudes de aceitação da violência contra criança. Com relação aos tipos de violência, destaca-se nas pesquisas o abuso sexual infantil. De acordo com os dados da tabela 1, no estudo conduzido por Platt *et al.* (2018), sobre 477 notificações de violência sexual infantil registradas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 369 correspondiam a vítimas do sexo feminino e 120 do sexo masculino. A faixa etária mais acometida foi de 10 a 15 anos nas meninas e de 2 a 6 anos nos meninos. A residência foi o local de ocorrência mais frequente e os perpetradores eram na maioria homens conhecidos das vítimas. A predominância masculina de agressores também se deu no estudo de Costa *et al.* (2018), com a análise de 206 processos judiciais. De acordo com os documentos analisados, a maioria dos acusados que confessou em depoimentos ter mantido alguma forma de contato sexual com a vítima, afirmou que este fato ocorreu com o consentimento dela. Em relação à escolaridade dos acusados de agressão, no contexto intrafamiliar, predominou a categoria baixa escolaridade (até o ensino fundamental completo). Já no contexto extrafamiliar, prevaleceu a alta escolaridade (do ensino médio incompleto até o ensino superior). No contexto intrafamiliar os autores de agressão sexual possuíam mais de 30 anos, filhos e cônjuge. Em contraste, no contexto extrafamiliar, prevaleceram acusados mais jovens, solteiros e que têm preferência por vítimas adolescentes. Questões culturais contrastam com os dispositivos legais que podem tipificar esses relacionamentos como estupro. Desta forma, é comum os acusados do contexto extrafamiliar não se reconhecerem como autores de agressão sexual, justificando que a relação estabelecida com a adolescente era de natureza consentida (Costa *et al.*, 2018). Muitos desses homens tiveram uma vida de privações de figuras de referências positivas, de cuidado e afetividade, implicando em uma organização subjetiva disfuncional e na manifestação de comportamentos socialmente reprováveis e juridicamente puníveis.

Logo, se não há nenhuma intervenção voltada para a saúde mental desses sujeitos, que lhes permita a resignificação de suas histórias de vida, falha-se na proposta de uma política de prevenção efetiva, pois os agentes das práticas agressivas estão excluídos dessas políticas e a ênfase continua a ser uma política de reparação, ao se trabalhar exclusivamente com as vítimas e suas famílias (Costa *et al.*, 2018). Analisar as características biopsicossociais de 250 pessoas acusadas de agressão sexual contra criança/adolescente foi a proposta de um estudo (Reis *et al.*, 2019) que teve como resultado aspectos característicos similares aos encontrados na pesquisa de Costa *et al.* (2018). A idade dos agressores sexuais de crianças / adolescentes foi em média 30 anos, abuso de álcool e ausência de agressão física durante a agressão sexual. A negação da agressão foi outra característica psicológica encontrada, ou seja, todos os indivíduos negaram ter cometido agressão sexual, o que sinaliza distorções cognitivas relevantes dessa população, desde aqueles que tendem a negar o ato até aqueles que o minimizam. O estudo concluiu ainda que os autores de agressão sexual são geralmente indivíduos trabalhadores, que têm cônjuges e filhos, revelando o perfil de uma família tipicamente nuclear (ou tradicional) e heterossexual (Costa *et al.*, 2018; Reis *et al.*, 2019).

Tabela 1. Estudos selecionados para revisão. Curitiba (PR), 2021

AUTOR	TÍTULO	ANO	OBJETIVOS	AMOSTRA
Carlson, et. Al.	Violence against children and intimate partner violence against women: overlap and common contributing factors among caregiver-adolescent dyads	2020	Levantar a sobreposição de violência contra parceiro íntimo e violência contra criança.	N=535 díades
Platt, et. al.	Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências.	2018	Identificar características do abuso sexual contra crianças, como perfil da vítima, do autor da agressão e fatores associados.	489 notificações
Costa, et. al.	Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar.	2018	Analisar características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar.	206 processos
Reis, et. al.	Biopsychosocial characteristics of sex offenders: An analysis of legal proceedings.	2019	Analisar as características biopsicossociais de pessoas acusadas de agressão sexual contra criança/adolescente.	250 processos judiciais
Frankea, et. al.	Neuropsychological profile of pedophilic child sexual offenders compared T with an IQ-matched non-offender sample – Results of a pilot study.	2019	Descrever o perfil neuropsicológico de infratores sexuais condenados com pedofilia.	15 agressores sexuais

O perfil neuropsicológico do agressor sexual infantil com características pedofílicas, por sua vez, foi descrito num estudo realizado com 15 infratores sexuais condenados com o diagnóstico de pedofilia (Franke *et al.*, 2019). Como pesquisas anteriores indicaram que essa população pode ter deficiências no funcionamento executivo, neste estudo piloto mediu-se a inibição de resposta, a atenção e as habilidades de resolução de problemas e comparou-se os resultados com os de um grupo de não agressores com QI compatível. Os resultados trouxeram que o grupo de agressores sexuais pedófilos apresentou déficits em todos os testes aplicados, ou seja, na inibição de resposta, atenção e habilidades de resolução de problemas, mas não diferiu do grupo controle. O achado de que o resultado do grupo de agressores sexuais pedófilos não diferiu significativamente do grupo controle em nenhum dos testes traz uma interpretação possível de que os prejuízos observados no funcionamento executivo em criminosos sexuais pedofílicos indicam uma disfunção cerebral inespecífica, em vez de um perfil neuropsicológico distinto da pedofilia. Para esclarecer os resultados inconclusivos é importante ressaltar a importância de se considerar o tipo de crime e o modus operandi dos infratores, porque diferentes perfis neuropsicológicos podem estar relacionados não apenas a diferentes tipos de infratores, mas também a diferentes formas de praticar o crime. Neste contexto, a literatura tem ressaltado a relevância de se estudar agressores domésticos com vistas a verificar características comuns entre os mesmos, a fim de identificar um perfil que possa ser útil em programas de intervenção que visem a diminuição na reincidência da violência contra crianças. Porém, pouco se sabe na realidade brasileira sobre agressores de crianças no escopo dos processos psicológicos.

DISCUSSÃO

Crianças que foram vítimas de violência apresentam um risco aumentado de apresentarem comportamento antissocial na vida adulta. As vivências infantis negativas podem ser prejudiciais tanto a nível neurofisiológico como a nível de funcionamento cerebral. Daí estudos que indicam que um número razoável de crianças agredidas se tornou adultos agressores (Gauer, 2017). Muitos estudos têm sido realizados com relação às vítimas de violência. No entanto, pouco se tem feito em relação ao agressor. As penas preveem detenção, entretanto, os presos por crimes contra a criança normalmente são estigmatizados e ainda não aceitos pela própria comunidade de presos por outros crimes. Com relação a especificações do agressor infantil, os estudos mostram que a média de idade dos agressores sexuais de crianças / adolescentes foi de 30 anos. No contexto intrafamiliar, os autores de agressão sexual possuíam baixa escolaridade, mais de 30 anos, filhos e cônjuge. Déficits na inibição de resposta, atenção e habilidades de resolução de problemas foram constatados em agressores sexuais pedófilos. Como já sinalizado, poucos estudos foram encontrados enfocando o autor da violência perpetrada contra a criança. Assim, faz-se necessário que o entendimento desse fenômeno, origem e repercussões também busque focar os autores de

violência, além da preocupação unicamente com a vítima, uma vez que tais perpetradores de violência certamente tenderão a manter o mesmo repertório comportamental com outras crianças, mesmo após detenção, caso não seja feita com eles uma intervenção mais efetiva. Futuras pesquisas devem ser feitas enfocando a busca de um perfil do agressor com vistas a elaborar programas de intervenção mais eficazes. A justiça retributiva não é suficiente para mudança de repertório e estudos comprovam que os presos detidos por crimes sexuais contra criança tendem a reincidir. O trabalho com a vítima é de fundamental importância a fim de evitar a revitimização e até reprodução do comportamento violento, daí as estratégias de prevenção necessárias. No entanto, pouco se tem feito pelo agressor, até pelo estigma que carrega pelo crime cometido. No entanto, pensar em estratégias de intervenção considerando o perfil de cada agressor sexual deve possibilitar o entendimento do fenômeno e possível diminuição da reincidência criminal.

CONCLUSÃO

As consequências para as vítimas de violência são diversificadas e muito se tem feito para proteger a criança e/ou auxiliá-la a identificar uma situação de risco e proteger-se em situações que culminam geralmente em revitimização. No entanto, poucos estudos são feitos com relação ao perfil do agressor ou estratégias de intervenção eficazes. A justiça retributiva pode ser insuficiente para gerar mudança de comportamento e prevenir a reincidência do crime. Sendo assim, é importante entender questões atreladas ao perfil do agressor.

Contribuição: Todos os autores do artigo contribuíram de forma substancial, tais como concepção e desenho da pesquisa, busca de artigos em bases de dados usando descritores e alimentando planilhas com artigos pertinentes para uma revisão sistemática sobre o tema, análise dos artigos e seleção dos materiais pertinentes para uso e organização do texto.

REFERÊNCIAS

- Bender, K. 2009. Why do Some Maltreated Youth Become Juvenile Offenders? A Call for Further Investigation and Adaptation of Youth Services. *Children and Youth Services Review*, 32, 466–373.
- Cale, J.; Plecas, D.; Cohen, I. M. & Fortier, S. 2010. An exploratory analysis of factors associated with repeat homicide in Canada. *Homicide Studies*. 14(2) 159–180.
- Carlson, C., Namy, S., Pala, A. N., Wainberg, M. L., Michau, L., Nakuti, J., e Devries, K. 2020. Violence against children and intimate partner violence against women: overlap and common contributing factors among caregiver-adolescent dyads. *BMC public health*, 20(1), 1–13.
- Costa, L. P., Rocha, C. J. B., Cavalcante, L. I. C. 2018. Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão

- Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia* – Março 2018, Vol. 26, no 1, 283–295. DOI: 10.9788/TP2018.1-11Pt
- Coutinho, M. & Sani, A. 2008. Evidência Empírica na Abordagem Sobre as Consequências da Exposição à Violência Interparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 284–293.
- Davies, P. & Cummings, E. 1994. Marital Conflict and Child Adjustment: An Emotional Security Hypothesis. *Psychological Bulletin*, 3, 387-411.
- Edleson, J. 1999. Problems Associated with Children's Witnessing of Domestic Violence. *National Online Resource Center on Violence Against Women*. Disponível em www.vawnet.org.
- Franke, I., Seipel, S., Vasic, N., Streb, J., Nigel, S., Otte, S., & Dudeck, M. 2019. Neuropsychological profile of pedophilic child sexual offenders compared with an IQ-matched non-offender sample - Results of a pilot study. *International journal of law and psychiatry*, 64, 137–141. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2019.03.002>
- Gauer, G. J. C. (2017). A memória, sob o olhar da neurobiologia e da neuropsicologia, e sua relação com o comportamento antissocial. *Delictae: Revista de Estudos Interdisciplinares Sobre o Delito*, 2(2), 133-149. doi:10.24861/2526-5180.v2i2.22
- Godbout, N., Dutton, D., Lussier, Y. & Sabourin, S. 2009. Early Exposure to Violence, Domestic Violence, Attachment Representations, and Marital Adjustment. *Personal Relationships*, 16, 365-384.
- Gomide, P. I. C. 2006. *Inventário de estilos parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harris, G. T. e Rice, M. E. 1997. Risk appraisal and management of violent behavior. *Psychiatric Services*. Vol. 48 nº. 9.
- Jaffe, P., Wolfe, D. & Campbell, M. 2012. *Growing Up with Domestic Violence: Assessment, Intervention, and Prevention Strategies for Children and Adolescents*. Canada: Hogrefe.
- Lattimore, P.; Visher, C. e Linster, R. 1995. Predicting rearrest for violence among serious youthful offenders. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. 32, (1). 54-83.
- Margolin, G. e Gordis, E. 2004. Children's Exposure to Violence in the Family and Community. *American psychology Society*, 4, 152-155.
- Moffitt, T. E. 1993. Adolescence limited and life course persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674 - 701. doi: 10.1037/0033-295X.100.4.674
- Oliveira, M. & Sani, A. 2009. A Intergeracionalidade da Violência nas Relações de Namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 6, 162-170.
- Patterson, G. R., Reid, J.B e Dishion, T. 1992. *Antisocial Boys*. Castalia Publishing Company, Eugene, OR.
- Penso, M. A. e cols. 2016. Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. In Habigzang, L. F., Williams, L. C. A., Gomide, P.I.C. e cols (2016) *A outra face da violência*. Curitiba: Juruá.
- Platt, V.B.; Back, I.C.; Hauschild, D.B. e Guedert, J.M. 2018. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(4):1019-1031.
- Reckdenwald, Mancini e Beauregard. 2013. The Cycle of Violence: Examining the Impact of Maltreatment Early in Life on Adult Offending. *Violence and Victims*, 28(3), 466-482. doi: 10.1891/0886-6708.28.3.466
- Reis, D. C., Cavalcante, L. I. C., & Valente M. D. R. 2019. Biopsychosocial characteristics of sex offenders: An analysis of legal proceedings. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 36, e170165. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275201936e170165>
- Serafim, A. P. e cols 2017 *Avaliação neuropsicológica forense*. São Paulo: Pearson.
- Serafim, A.P., Barros, D.M., Castellana, G.B., Goresnstein, C. 2014 Personality traits and violent behavior: A comparison between psychopathic and non-psychopathic male murderers. *Psychiatry Res*. 30: 219 (3) 604-8
- Silva, A. P. J.; Rocha, G. V. M e Serafim, A. P. 2016. Perfil de presos condenados por crimes de morte em penitenciárias do Paraná. In. *A outra face da violência*. Curitiba: Juruá.
- Trulson, C. R.; Darin R. Haerle, D. H.; DeLisi, M. e Marquart, J. W. 2011. Blended sentencing, early release, and recidivism of violent institutionalized delinquents. *The Prison Journal*. 91(3) 255–278
